

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
FORMAÇÃO DO MSTTR

Assessoria da CONTAG

Adriana Borba Fetzner | Assessoria Parlamentar

Amarildo Carvalho de Souza | Assessoria de Formação e Organização Sindical

Ana Maria Krigner Pompe | Assessoria da Comissão Nacional de Mulheres

Armando Santos Neto | Assessoria da Comissão Nacional de Jovens

Célia Hissae Watanabe | Assessoria de Formação e Organização Sindical

Cléia Anice da Mota Porto | Assessoria de Política Agrária

Décio Lauri Sieb | Assessoria de Política Agrícola

Edson Barbeiro Campos | Assessoria da Presidência

Eliene Novaes Rocha | Assessoria de Políticas Sociais

Evandro José Morello | Assessoria de Políticas Sociais

Fani Mamede | Assessoria de Meio Ambiente

Iara Duarte Lins | Assessoria de Finanças e Administração

Ivaneck Perez Alves | Assessoria Jurídica

Jeová Simões | Assessoria Formação e Organização Sindical

Luiz Vicente Facco | Assessoria de Relações Internacionais

Maria Cavalcante Vicente | Assessoria de Políticas Sociais

Maria do Socorro Souza | Assessoria de Políticas Sociais

Marleide Barbosa de Sousa | Assessoria da Secretaria de Assalariados

Paulo de Oliveira Poleze | Assessoria de Política Agrícola

Raimunda de Oliveira Silva | Assessoria de Formação e Organização Sindical

Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva | Assessoria da Secretaria de Assalariados

Rodrigo Silva Leal | Assessoria da Secretaria Geral

Ronaldo Ramos | Assessoria de Política Agrícola

Sara Deolinda C. Pimenta | Assessoria de Gênero

Zeke Beze Júnior | Assessoria de Política Agrícola



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA FORMAÇÃO DO MSTTR

 **CONTAG**  **FETAGs**  **STTRs**
filiada à **CUT**

Organização | Secretaria de Formação e Organização Sindical

Colaboradora | Maria do Socorro da Silva

Projeto gráfico | Raphael Caron Freitas

Ajuda técnica ao projeto gráfico | Marcos Samarone Carneiro

Impressão | Cidade Gráfica e Editora Ltda

Tiragem | 5.000 exemplares



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
I – CAPÍTULO - CONTEXTO NO QUAL SE CONSTRÓI A PRÁTICA EDUCATIVA:	
O MUNDO RURAL E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL	13
1.1. O espaço rural: um lugar diverso e complexo	15
1.2. Diagnóstico da formação no MSTTR	18
1.3. Referencial Político da Formação: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	23
II – CAPÍTULO – REFERENCIAIS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	27
2.1. Referenciais político-pedagógicos	29
a) Pedagogia como uma teoria da formação humana	29
b) A nova sociabilidade que queremos construir	31

2.2. Princípios político-pedagógicos e metodológicos da formação sindical	32
III – CAPÍTULO - ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA FORMAÇÃO SINDICAL	39
3.1. Objetivos	41
3.2. Metas	41
3.3. Áreas temáticas prioritárias de atuação	42
3.4. Público	43
3.5. Modalidades pedagógico-metodológicas da ação formativa	43
a) Formação na ação	44
b) Formação programada	45
3.6. Espaços formativos	45
3.7. Organização do tempo educativo	46
a) Tempo escola	46
b) Tempo comunidade	47
3.8. Instrumentos e procedimentos formativos	47
3.9. Planejamento, monotiramento, avaliação e sistematização	47
3.10 Trabalho articulado da formação	48
3.11 Organização do trabalho em redes	48
3.12 Construção de uma rede de parcerias e colaboradores	49
3.13 Papel das redes de colaboradores e colaboradoras e de educadores e educadoras	49
IV – CAPÍTULO- ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL	
DA CONTAG – ENFOC	51
4.1 Organicidade da Escola	53
4.2 Finalidades	53
4.3 Público	54
4.4 Estratégia formativa	54
4.4.1 Metas	55
4.4.2 Itinerário formativo da Escola	55
4.4.2.1 Eixos e unidades temáticas	55
4.4.2.2 Atividades do tempo-escola	56
4.4.2.3. Auto formação e processo preparatório	56
4.4.2.4 Atividades do tempo-comunidade	57
4.5 Gestão Política e Pedagógica da ENFOC	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

APRESENTAÇÃO



“Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar.”

Antonio Machado

O MSTTR tem, ao longo de sua trajetória, investido na formação de seus dirigentes, assessores e lideranças, buscando a cada passo, incorporar os aprendizados, dialogar com os desafios e dilemas com os quais convive e avançar na luta sindical.

Estamos falando de uma experiência que bebe nas fontes históricas da educação popular, nas histórias de resistência e luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, e também, na prática cotidiana do movimento sindical.

Nos últimos anos, a agenda da formação sindical do MSTTR tem caminhado no sentido de se construir uma Política Nacional de Formação, cujos referenciais políticos estão presentes no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PADRSS). Seguindo os passos, o Movimento segue sistematizando as trilhas pela transformação de realidades e emancipação dos sujeitos.

O presente documento, o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), sistematiza esse conjunto de fontes e referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos, ao tempo em que se propõe a subsidiar o fazer educativo do MSTTR, re-orientar caminhos e contribuir para que os sujeitos políticos exercitem uma leitura crítica da sua realidade e que possa intervir no sentido de promover a mudança.

Tal qual o dizer do poeta Antonio Machado, o PPP está aberto para acolher novas aprendizagens que essa caminhada tem ofertado generosamente para a nossa ação formativa.

Boa leitura!

RAIMUNDA CELESTINA DE MASCENA
Secretária de Formação e Organização da CONTAG

INTRODUÇÃO



Construir o projeto político pedagógico do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR implica em fazer opção coletiva do caminho político-pedagógico dos diferentes processos formativos desenvolvidos pelo MSTRR. **Caminho político**, no sentido de explicitar qual o projeto de sociedade que defende e mudança que esse projeto vislumbra. O **caminho pedagógico** que vai ser trilhado para dar conta da formação do ser humano, no projeto de humanidade que está referenciado. **Os caminhos metodológicos** que serão seguidos para atingir os objetivos que possibilitam a **emancipação dos sujeitos**. Com esta definição de projeto político-pedagógico partilhamos do pensamento de GADOTTI (1992) quando diz que: “*projeto pressupõe uma ação intencionada com sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar*”.

Então, o Projeto Político Pedagógico – PPP é mais do que um plano de ação: explicita os princípios políticos pedagógicos orientadores da formação, os sujeitos sociais da formação, os caminhos pedagógicos e metodológicos adotados, os processos de gestão e organização do trabalho pedagógico.

O referencial político pedagógico é o conjunto de práticas, princípios, valores que consideramos como orientadores para a ação individual e coletiva. No ENAFOR foram construídos dois tipos de referenciais para a ação formativa: os referenciais políticos e os pedagógico-metodológicos. Ambos estruturam a Política Nacional de Formação. Os referenciais políticos estão explicitados no PADRSS, e

os referenciais pedagógico-metodológicos serão explicitados e articulados neste Projeto Político Pedagógico – PPP.

A necessidade de articular dimensões do projeto político com o projeto pedagógico nasce das exigências que estão postas pela realidade do campo no sentido de um fortalecimento, renovação e comprometimento da organização sindical, com as demandas dos diferentes sujeitos sociais que produzem e reproduzem sua vida no espaço rural brasileiro. Estes sujeitos são desafiados a construir um projeto de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico capitalista em curso. À medida que a luta avança, o antagonismo de classe fica mais evidente. Se por um lado os trabalhadores/as lutam contra a exploração e a exclusão, por outro, o capitalismo se renova de modo tal que, mesmo os trabalhadores/as vivenciando alto grau exploração não os concebem enquanto tal. Ao mesmo tempo as estruturas de poder: que dão sustentação a esse modelo de sociedade, constrói as condições para tornar as pessoas, cada vez mais, “objetos” do capital e do capitalismo, “naturalizando” as relações orientadas pela lógica do lucro e não das necessidades humanas.

Nunca se exigiu tanto das lideranças sindicais no sentido de uma visão crítica da realidade e de capacidade política e organizativa a curto, médio e longo prazo. Esta exigência coloca a necessidade de um processo de construção de conhecimentos, de informações, de instrumentos e ferramentas que subsidiem a prática sindical nos diferentes níveis da organização sindical, e que principalmente qualifique as estratégias de luta. Isto implica em realizar ações formativas que tenha como centro temático e pedagógico a dimensão transformadora e que esta se dá no âmbito da coletividade: o que não significa: “suprimir a individualidade, mas lhe dar força, cimentando-a a massa aos outros” (GADOTTI, 1992). Compreende-se, portanto, não ser possível responder aos atuais desafios da ação sindical – **transformar realidades e emancipar os sujeitos**, sem haver forte investimento na formação política ideológica onde a identidade de classe entrelace todos os espaços e dimensões da coletividade.

Tem-se amplo consenso quanto à importância da formação para o avanço da luta política. Assim como é consenso também que esse processo só se efetiva à medida que os espaços coletivizados sejam lugares onde a relação entre teoria-prática se articule no fazer pedagógico com o mesmo grau de importância. Estes devem assumir a formação política e ideológica como missão pedagógica de fortalecer a ação sindical e formar sujeitos críticos e pró-ativos capazes de atuarem em diferentes espaços onde a luta política acontece. Assim

tanto a formação política como a ação sindical estão imbuídos do mesmo propósito: fazer dos lugares coletivos espaços efetivos de transformação social e a emancipação dos sujeitos. Portanto, articular no mesmo lugar: formação política ideológica e luta sindical significa subsidiar a ação dos sujeitos para fortalecer a ação sindical em suas respectivas áreas, o que pressupõe definir quais/qual referenciais teóricos-político-pedagógicos devem orientar a ação, quem são os sujeitos da ação e com que finalidade ela acontece.

Ao perseguirmos tais objetivos, temos consciência que será preciso ampliar nossos olhares, mudar atitudes, qualificar ações e bandeiras de lutas, reavaliar comportamentos individuais, coletivos e organizativos de modo a favorecermos o exercício de “novas” práticas, que por sua vez fortaleçam a luta sindical e possibilitem ações transformadoras e libertadoras.

Com o propósito: transformação social e emancipação dos sujeitos - algumas experiências foram se construindo ao longo dos anos com diferentes modelos organizativos como: Escolas, Institutos, Centros de Formação dentre outras iniciativas como foi visivelmente expresso durante o ENAFOR. Ressalta-se, porém que as experiências vivenciadas pelo MSTTR em muito contribuem para a reflexão sobre a caminhada na permanente relação entre teoria-prática na perspectiva da revitalização da luta sindical e do espaço formativo.

Com esse propósito que a Escola Nacional de Formação Político-Sindical da CONTAG – ENFOC se constitui e visa ser um dos principais espaços para a socialização, reflexão e atualização do PPP do MSTTR. Todavia, o Projeto Político-Pedagógico, não referencia apenas a ação formativa da ENFOC, mais pretende ser o referencial político pedagógico da Política Nacional de Formação do MSTTR. E tem como pressupostos a:

- **Relação entre organização e formação:** na constituição e consolidação de espaços e instrumentos que evidenciem uma forte interação e integração entre as instâncias organizativas (CONTAG, FETAGs e STTRs), estimulando a participação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que possam sentir-se e saber-se parte de uma coletividade, e que portanto, podem aprender, ensinar e contribuir com a mudança social. Assim, colocar a formação numa perspectiva transformadora, na qual as pessoas possam ler criticamente a sua realidade e transformá-la. A democratização das entidades sindicais e a reflexão crítica sobre as diferentes

concepções políticas e ideológicas são fatores preponderantes para a dinamização e a implementação do PADRSS.

- **Formação para a ação sindical:** incentivando maior coesão e efetiva capacidade de reflexão crítica e de resposta dos (as) dirigentes, assessores (as) e lideranças do MSTTR às demandas e desafios que estão postos para os diversos sujeitos sociais do campo: agricultores (as) familiares, assalariados (as) rurais, assentados (as), extrativistas, ribeirinhos nas suas diversas modulações de gênero, geração, raça/etnia. A formação se coloca como estimuladora de mudanças de paradigmas, de atitudes, valores, comportamentos individuais e coletivos.
- **Aprimoramento, fortalecimento e socialização do PADRSS:** na garantia de processos formativos que possibilitem uma formação para um projeto de sociedade, e não somente para aplicação de conhecimentos adquiridos. Ou seja, na reconstrução de uma mística de mudança social, passando pelo resgate das lutas, gestos, símbolos e atitudes de revitalização permanente do horizonte utópico, que combine o sonho de uma sociedade nova e o compromisso com construção desde agora. Desse modo a formação assume dimensões políticas, conceituais e metodológicas, capazes de estimular e orientar a prática com visão sistêmica e continuada.

Neste sentido a CONTAG, FETAGs e STTRs, devem construir diretrizes político pedagógico-metodológicas e vivenciá-las por meio de processos formativos que favoreçam o diálogo entre os diferentes sujeitos e saberes.

Esta sistematização sobre o Projeto Político-Pedagógico – PPP da formação do MSTTR, se constitui um instrumento orientador e estimulador de novas práticas e experimentos pedagógico-metodológicos, estabelecendo um permanente diálogo com a ação do MSTTR, é – ao mesmo tempo:

- Uma releitura da prática formativa vivenciada e das lições aprendidas.
- Uma projeção orientativa para todas as ações formativas do próprio MSTTR.
- Uma sistematização dos referenciais político-pedagógicos e metodológicos orientadores da prática sindical, que deve ser aprimorado, avaliado, redimensionado e sistematizado a partir das práticas e vivências políticas e formativas.



CAPÍTULO I

CONTEXTO NO QUAL SE CONSTRÓI A PRÁTICA EDUCATIVA:
O MUNDO RURAL E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL



1.1. O espaço rural: um lugar diverso e complexo

O processo de modernização da agricultura brasileira – conservador, parcial, excludente e ecologicamente insustentável – acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo brasileiro, incrementando a luta por reivindicações históricas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, que surgem para superar os prejuízos sociais e políticos causados pelo modelo agrário e agrícola imposto ao país. Este processo de desenvolvimento e as recentes transformações no meio rural, mantendo o seu caráter concentrador de terra e renda, criam demandas e exigem respostas cada vez mais complexas por parte do movimento sindical.

Primeiro, precisamos superar a dicotomia entre urbano e rural, que foi construído ao longo da nossa história. Na visão de que o moderno e o avançado é o espaço urbano e industrializado; e o atrasado é o espaço do rural e da agricultura, assim, o rural precisava se modernizar¹, se subordinando ao processo de industrialização e a cultura urbana, que passa a ser entendida como a cultura nacional, numa tentativa de homogeneizar as identidades culturais existentes no País, a partir do modelo baseada na cidade.

As políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro naquela ocasião privilegiaram o setor industrial, e conseqüentemente as áreas urbanas, deixando o campo à margem do processo. Isso deu origem a um expressivo êxodo rural: a saída em massa de pessoas do campo para buscar as tão sonhadas oportunidades oferecidas nas cidades. Este processo desencadeou uma concentração populacional em áreas urbanas, com a formação nas periferias de bolsões de pobreza e favelização constituídas principalmente por migrantes do campo brasileiro. A modernização da agricultura a partir do modelo capitalista conservador foi fortalecida com a estratégia da Revolução Verde, e atualmente, com o fortalecimento do agronegócio exportador como modelo para a agricultura moderna.

Esta realidade anunciava dicotomia rural-urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não agrícolas, ou seja, indústria e serviços; e que atribuía ao rural às atividades propriamente agrícolas. Derivando daí expressões como desenvolvimento urbano e

¹ Essa modernização implica uma intensificação da produção e da produtividade, estreitando a relação entre o campo e a indústria. O capital agroindustrial-financeiro internacionalizado incorporou diversos espaços rurais à economia mundial, mediante a monocultura para exportação, especialmente a soja, a instalação de agroindústrias e a “integração” de parcelas dos agricultores ao mercado, além da expulsão de milhares de famílias, que atualmente aglomeram-se precariamente nos centros urbanos, sendo esse processo redifinidor da questão cidade-campo.

desenvolvimento rural, como coisas separadas, sem compor um projeto de sociedade integrado e sustentável, reforçando e construindo as diferenças entre o campo e a cidade. Assim, o primeiro desafio de um processo formativo é superar essa dicotomia entre o campo e a cidade, e evidenciar que um projeto de desenvolvimento alternativo a este centra-se na construção de uma sociedade sustentável e solidária, nas quais as relações entre os espaços rurais e urbanos se complementam e ao mesmo tempo mantêm suas especificidades.

O meio rural pode ser definido a partir da sua relação com a natureza por permitir um contato muito mais imediato dos habitantes locais com a natureza do que nos centros urbanos. Além disso, ele pode ser percebido, também, a partir da relativa dispersão da sua população em contraposição com as imensas aglomerações das regiões urbanas. É neste sentido que o rural está sendo redescoberto. Ele deixa de ser visto apenas como espaço único voltado para a produção agropecuária e vinculado a atividades ligadas à preservação ambiental e à manutenção da agricultura familiar, para “renascer” com significados novos voltados para o seu próprio desenvolvimento e seu espaço territorial.

Neste sentido, precisamos fortalecer uma compreensão de ruralidade, conforme posto por Abramovay (2003), como um conceito de natureza territorial e não setorial, o que pressupõe forte integração de espaços, sujeitos, dinâmicas, organizações e principalmente o fortalecimento das identidades e o protagonismo dos sujeitos sociais na gestão do desenvolvimento, e principalmente na preservação da biodiversidade do planeta.

A passagem de uma concepção de rural fechada (definida a partir do antagonismo com a cidade) para concepções abertas (relacional) insere novas compreensões sobre este espaço: uma ruralidade como uma construção histórica, diversificado no qual contempla a emergência de novos atores e novas disputas discursivas (WANDERLEY, 2000); uma ruralidade como um espaço de revalorização da natureza que por complexos processos, cria urbanidades contemporâneas que valoriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis (CARNEIRO, 1998).

A ruralidade passa a ser vista como modo particular de utilização do espaço e da vida social que implica em contornos ecossistêmicos, de moradia e de uma forma específica de vê e viver a própria existência no mundo. Sem dúvida, as ruralidades contemporâneas apresentam fluxos culturais e materiais entre campo e cidade

que rompem com as concepções essencialistas de um ser que se opõe ao outro.

Ao confrontar essa visão com a visão hegemônica sobre o campo brasileiro é que a ação sindical se coloca na defesa do espaço rural, complexo, diversificado e centrado no ser humano, como lugar onde as relações sociais se estabelecem. Por isso, a formação sindical se coloca como facilitadora da compreensão desse referencial de ruralidade².

O campo deve ser planejado e vivido, visando sustentabilidade do meio ambiente e das pessoas, pois a humanidade, por mais avançada que esteja tecnologicamente, não perdeu sua condição de parte de um sistema natural complexo, que envolve outros seres vivos, a água, o ar e a própria terra. Segundo Aguiar (2008) a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializem ao mesmo tempo a manutenção do capital natural dos territórios, a sustentação dos ecossistemas, qualidade de vida, cidadania, eficiência na gestão dos recursos, equilíbrio demográfico, valorização da identidade popular, fortalecimento da organização social e equidade. É um conceito de grande abrangência, que se refere de uma forma geral às condições de reprodução da sociedade no longo prazo.

Não é possível pensar um modelo econômico e social sustentável, sem que ele esteja orientado por esse princípio. De maneira geral, agir de forma sustentável, seja no campo ou na cidade, traduz-se numa atuação do ser humano sobre o meio ambiente, feita de tal maneira que assegure às gerações futuras as mesmas oportunidades que tivemos.

Do ponto de vista econômico, os sistemas produtivos serão mais sustentáveis se forem criadas estratégias coletivas de acesso aos recursos externos, tais como crédito, capacitação, assistência técnica, infra-estrutura, pesquisa. Esses recursos são necessários à produção, ao beneficiamento e à comercialização do produto.

A sustentabilidade tem também uma dimensão política. No que se refere às políticas públicas, é preciso que seja garantido um planejamento de curto, médio e longo prazo, que integre os diversos setores capazes de solucionar os problemas e que tenha continuidade mesmo mudando os governos. Assim, a participação social com mobilização permanente, fortalecimento da capacidade organizativa e da identidade cultural e social dos grupos sociais torna-se fundante neste processo.

²A categoria ruralidade é uma categoria que vem sofrendo um fluxo a partir da emergência dos movimentos sociais do campo a partir da década de 1990. A ruralidade é um termo utilizado pelas ciências humanas para afirmar a existência de uma realidade rural no urbano. Na verdade, o termo busca descentralizar as afirmações das estatísticas que apontam o extermínio da população camponesa, ou seja, a discussão parte de uma outra lógica que é a de que o Brasil possui uma população com valores e um ethos profundamente rural mesmo estando habitando um espaço urbano (Wanderley, 2004).

1.2. DIAGNÓSTICO DA FORMAÇÃO NO MSTTR

De acordo com a avaliação sistematizada durante o Encontro Nacional de Formação – ENAFOR realizada em 2005, e sistematizada na tabela abaixo, percebemos que o MSTTR tem hoje várias iniciativas no campo da formação. Atua em várias frentes a partir de políticas articuladas pelas secretarias específicas da CONTAG e das Federações. Em consonância, abre-se para a retomada da formação política sindical trazendo o viés ideológico materializado em uma estratégia de formação para militantes do MSTTR em História, Concepção e Prática Sindical, para fortalecer a ação e a organização sindical fomentando com isto, todo um processo de reflexão da estratégia formativa adotada pelas diferentes secretarias e espaços do MSTTR.

Certamente, alguns elementos postos neste diagnóstico foram redimensionados, no entanto, servem como parâmetro para elaboração da política de formação e para subsidiar as ações formativas a serem desenvolvidas nas diferentes instâncias do movimento.

Tabela – Diagnóstico da formação no MSTTR – 2005

(continua)

DIMENSÕES	AVANÇOS E POTENCIALIDADES	DIFICULDADES E FRAGILIDADES
PÚBLICO	• Ampliação da participação de jovens e mulheres. • Facilidade e potencial mobilizador • Lideranças do MSTTR ocupando espaços políticos (Legislativo e executivo). • Diversidade populacional da região (sujeitos plurais).	• Dificuldade de se garantir a participação de assalariadas (os) rurais nos processos formativos. Constata-se, em geral, que o público dos processos formativos é composto por agricultores (as) familiares. - Na maioria dos processos formativos, não são consideradas as cotas mínimas de participação da juventude e das mulheres. - Em muitos casos se constata uma insuficiente clareza quanto ao público atingido, em cada processo formativo.

Tabela – Diagnóstico da formação no MSTTR – 2005

(continuação)

DIMENSÕES	AVANÇOS E POTENCIALIDADES	DIFICULDADES E FRAGILIDADES
CONTEÚDO	• A construção e a implementação do PADRSS. • Diversidade temática. • Intervenção qualificada dos/as dirigentes e lideranças. • Estímulo de novas práticas educativas (agroecologia, gênero, organização da produção, cooperativismo, desenvolvimento rural sustentável). • Inclusão de novos temas como: cooperativismo, associativismo, gênero, juventude, terceira idade e gestão sindical. • Implementação do PADRSS com foco no território.	Na maioria das regiões falta uma formação político-ideológica para dirigentes. Há – em geral – pouca reflexão sobre as lutas, conquistas e marcas históricas do MSTTR. Nem sempre o PADRSS dialoga com as realidades locais. • Falta de tempo para pesquisa. Somente uma parte das ações formativas consegue articular bem o tema específico com o PADRSS. Muitas ações formativas continuam ainda desconectadas da realidade local e global, assim como das demandas e dos desafios locais. Como o foco principal dos conteúdos é a agricultura familiar, a formação sindical tem se mostrado insuficiente para dar conta da especificidade de outros segmentos (assalariados (as) rurais, atividades rurais não agrícolas).
MATERIAL DIDÁTICO	• Algumas FETAGs elaboram material didático próprio de modo a responder suas demandas de formação. • Elaboração e publicação de materiais específicos para cada área (juventude, assalariados/as rurais, finanças, cooperativismo, etc).	• Poucas FETAGs elaboram seus próprios materiais. • Existem, em muitos estados, dificuldades de recursos financeiros e humanos para elaborar os materiais. • Nota-se uma forte dependência externa de material didático em algumas federações, principalmente com relação às parceiras. • Os materiais didáticos não adotam – em muitos casos - uma linguagem de fácil entendimento da base.

Tabela – Diagnóstico da formação no MSTTR – 2005

(continuação)

DIMENSÕES	AVANÇOS E POTENCIALIDADES	DIFICULDADES E FRAGILIDADES
MATERIAL DIDÁTICO		• Nota-se que o registro e a sistematização das experiências formativas, ainda não são cotidianas nas Federações e práticas Sindicatos. • Há um reconhecimento, da insuficiente socialização dos materiais elaborados pelo MSTTR.
CORPO TÉCNICO	• Ter uma Secretaria ou um Departamento de Formação. • Contratação de Assessoria qualificada, em quase todas as Federações, para a execução de projetos específicos. • Assessorias pontuais das entidades parceiras.	Em geral, ainda é muito frágil a integração entre assessorias de uma mesma federação e até na CONTAG. • As assessorias do MSTTR não são “re-qualificadas” pelo movimento ou estimuladas a se requalificarem. • Em vários casos as assessorias contratadas exclusivamente para a execução de convênios/ projetos (em geral de curta duração), são demitidas logo que os recursos financeiros acabam. • Em muitos casos nota-se uma confusão de papéis e de atribuições da assessoria. • Em geral se considera que o corpo técnico é insuficiente para atender às frentes de luta do MSTTR, elaborar e acompanhar os projetos para a formação.
METODOLOGIA	• Metodologia Participativa. • Uso de dinâmicas nos processos formativos. • Educandos(as) como sujeitos do processo. • Experiência de cursos modulares.	• Em geral se nota uma descontinuidade e insuficiente articulação das ações formativas, prevalecendo ações pontuais, pulverizadas e isoladas, sem inter-relação entre elas e com o projeto político. • Em muitos casos as atividades de longa duração inibem uma maior participação das lideranças.

Tabela – Diagnóstico da formação no MSTTR – 2005

(continuação)

DIMENSÕES	AVANÇOS E POTENCIALIDADES	DIFICULDADES E FRAGILIDADES
METODOLOGIA	• Formação “na ação” (ações de massa, audiências públicas, entre outros). • Reconhecer a importância dos diversos espaços e instrumentos formativos, além de cursos e encontros.	• Falta clareza sobre o que seja de fato metodologia de formação. • Está evidente que a formação massiva ainda não é uma prioridade no MSTTR. • Em geral constata-se a ausência de metodologias e abordagens específicas para o trabalho com mulheres, jovens e terceira idade. • As metodologias utilizadas não consideram as especificidades para o trabalho com assalariados(as) rurais. • Reconhece-se que existem dificuldades metodológicas em lidar com a baixa escolaridade dos trabalhadores (as) rurais. • Ainda se explicita pouco a mística, faltando momentos e espaços específicos para isso.
REFERENCIAIS	• O PADRSS é visto como grande referencial político. • A experiência de uma educação diferenciada e adequada às especificidades das populações locais da região.	• Há pouco conhecimento e compreensão sobre referenciais político-pedagógicos. • Em geral há ausência de visões estratégicas para a formação. • Ainda é pouco o conhecimento do PADRSS por grande parte dos dirigentes e lideranças sindicais. • Há dificuldade de acesso às inovações tecnológicas. • Falta um projeto político-pedagógico estruturado, sistematizado e assumido pelo conjunto do MSTTR. • Falta um banco de dados das experiências formativas.

Tabela – Diagnóstico da formação no MSTTR – 2005

(continuação)

DIMENSÕES	AVANÇOS E POTENCIALIDADES	DIFICULDADES E FRAGILIDADES
REFERENCIAIS		• É insuficiente a relação entre as ações formativas da CONTAG e as demandas dos estados. • Falta uma clara distinção entre a formação sindical e formação profissional. • Em geral, ainda não se articula a formação sindical com a profissional, a escolar e a de capacitação.
FINANCIAMENTO	• Otimização dos recursos existentes, tendo o planejamento financeiro tem contribuído nesse sentido. • Em algumas Federações, existem recursos específicos para a formação.	• Não definição política para investimento na formação sindical. • Direcionamento e forma de aplicação dos recursos inadequados, para garantir as ações formativas. • A forte dependência de convênios inibe uma formação sindical continuada. • A insuficiente sindicalização incide nos níveis de arrecadação e investimento do MSTTR, inclusive, na formação. • A inadimplência dos sindicalizados(as) é ainda elevada.
PARCERIAS	• Aumento das parcerias. • A diversidade e a grande quantidade de parceiras na região (CUT, ONGs e Universidades), contribuem para a execução de processos formativos qualitativos.	• Consta-se uma forte dificuldade para se estabelecer parcerias em alguns estados. • Existe pouco conhecimento da dinâmica sindical por parte de algumas parceiras. • Algumas parcerias conduzem os processos conforme seus interesses. • Alguns parceiros tentam se apropriar das ações realizadas pelo MSTTR.

Tabela – Diagnóstico da formação no MSTTR – 2005

(continuação)

DIMENSÕES	AVANÇOS E POTENCIALIDADES	DIFICULDADES E FRAGILIDADES
PARCERIAS	• Algumas extrapolam a questão meramente financeira, ampliando e qualificando a ação conjunta. • Parcerias com Governos Populares.	• Pouca clareza sobre a distinção a ser feita quanto ao entendimento sobre parceria e aliança. • Nota-se certa confusão no entendimento do que seja organização financiadora e eventual parceria.

Esse diagnóstico revela a necessidade de um referencial político-pedagógico que norteasse as diversas atividades formativas realizadas pelo Movimento Sindical, possibilitando dentro de sua diversidade uma maior unidade teórica e ideológica. O atual momento é de atualização e sistematização dos referenciais político-pedagógicos e, conseqüentemente aprofundamento da estratégia da Política Nacional de Formação, coexistindo com todas as práticas em andamento e outras que estão sendo gestadas. E de compreender a importância dos planos e projetos de formação necessariamente articuladas nessa Política.

1.3. REFERENCIAL POLÍTICO DA FORMAÇÃO: PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PADRSS

O ponto de partida para a elaboração e implantação do PADRSS foi, sem dúvida, uma concepção de desenvolvimento diferente da que foi imposta ao campo. Até recentemente havia uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Isto permitia que o desenvolvimento dos países fosse medido apenas pelos níveis da renda per capita. Esta identificação, porém, tem sido amplamente contestada, especialmente porque crescimento e desigualdade social têm andado lado a lado. Análises que levam em conta apenas a renda per capita mascaram o grau de concentração da riqueza em uma sociedade.

O projeto de desenvolvimento do MSTTR – o PADRSS, define o desenvolvimento que se quer construir ao reconhecer na gente do campo sujeitos políticos que mobilizam, articula e dinamiza a ação sindical para transformar as relações sociais e construir condições dignas de vida. O campo, nessa perspectiva, é um espaço complexo, de conflitos e contradições, configurado pela diversidade social, econômica, política e cultural e por relações de poder presentes na família, na comunidade, no território e nas organizações.

Esta concepção de desenvolvimento do MSTTR supera a visão do campo referenciada no padrão agropecuário e no modelo de desenvolvimento focado exclusivamente no tamanho do estabelecimento, na produtividade e no mercado. Com isso o campo deixa de ser identificado unicamente pelas atividades agropecuárias, mas pela diversidade de atividades articuladas, que abrange um conjunto diverso de relações de trabalho e, portanto, de sujeitos políticos que concorrem efetivamente para a vida no campo e na cidade. São eles homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, assentados e assentadas, acampados e acampados da reforma agrária, sem terra, ribeirinhos e extrativistas do campo que produzem sua vida numa relação direta com a terra, a floresta e as águas.

Para o PADRSS o meio rural é concebido como um espaço político, social, econômico, produtivo, ambiental e cultural, que têm sujeitos organizados e dinâmicas de desenvolvimento potencializadoras da sustentabilidade. Neste sentido, o PADRSS se apresenta, como uma estratégia permanente de produção e reprodução de qualidade vida para o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores rurais, contribuindo para a melhoria de vida das populações rurais e urbanas.

O PADRSS tem como pilares a reforma agrária com democratização do acesso a terra e a ampliação e fortalecimento da agricultura familiar. Esta, para além do tamanho da propriedade e da produtividade, se caracteriza por relações e modos de produzir, para os quais concorrem todos os membros da família. No lugar de um representante único, geralmente identificado como “chefe de família” a abordagem da agricultura familiar revela a diversidade de integrantes em uma dinâmica relacional de contradições e conflitos. Integram essa dinâmica, mulheres e homens em diferentes fases da vida (adultos, jovens, crianças e pessoas da terceira idade).

Com essa compreensão, proporcionada pela abordagem de gênero, as mulheres trabalhadoras rurais têm ampliado e fortalecido sua organização para construir o PADRSS, o que implica na reconfiguração das relações entre homens e mulheres e no combate a todas as formas de discriminação e desigualdades. O alvo da sua luta pelo rompimento dos fatores de discriminação e subordinação não é o homem, mas as relações que se estabelecem a partir do que se convencionou ser próprio do feminino e próprio do masculino. Esse enfoque assumido pelo MSTTR, no seu conjunto, associa gênero à classe social e reconhece outras formas de discriminação e desigualdade a elas articuladas como as de geração, raça e etnia

As abordagens transversais de gênero, geração, raça e etnia podem explicar alguns fenômenos sociais que vêm ocorrendo no meio rural, como a feminização da pobreza, a masculinização do campo, o envelhecimento das pessoas com diminuição das taxas de natalidade (nascimentos) e a tendência de saída da juventude em busca de outras oportunidades de vida e de futuro. Tem contribuído também, para quebrar a indiferença frente às discriminações e preconceitos de raça e etnia.

Da mesma forma, é fundamental o reconhecimento dos jovens, idosos e idosas como sujeitos sociais produtivos. Apesar de a importância das lutas econômicas, é preciso combater todas as raízes da exclusão social para que possamos, de fato, avançar na construção de uma nova sociedade. Para tanto, torna-se necessário criar políticas específicas especialmente para os jovens no meio rural (oportunidades de emprego, lazer, formação, educação com currículo adequado à realidade rural) e garantir espaços de participação, promovendo assim a construção das bases culturais de um novo tipo de desenvolvimento.

Alguns avanços já podem ser percebidos no interior da organização do MSTTR como a aprovação da cota de mulheres, participação crescente de mulheres e jovens nos cargos de direção do MSTTR; a criação das comissões de jovens e pessoas da 3ª idade e a incorporação do enfoque de igualdade de gênero, articulado com a dimensão de classe, geração, raça e etnia as políticas e ações do MSTTR voltadas para o desenvolvimento da pessoa na sua integralidade.

Essa estratégia implica em orientar as ações e organização do movimento sindical pela participação política e a gestão democrática na comunidade, município, território ou região, transformando os excluídos e marginalizados em cidadãos e cidadãs; nunca perdendo de vista a articulação entre o local, regional, territorial com o global, e

o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, soberana, igualitária e solidária.

A formação deve estar intrinsecamente ligada à ação sindical mais geral, assumindo forte conteúdo ideológico correspondente ao público destinatário: dirigentes, assessores e lideranças do MSTTR como condição a independência de classe e a luta pela transformação da sociedade. Deve também ser ao mesmo tempo pluralista e democrática, possibilitar aos educandos/as diferentes visões, inclusive, sobre temas polêmicos.

Assim as matrizes pedagógicas devem propiciar um novo tipo de cultura política onde os sonhos pela construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária se façam presente tanto nas ações formativas do MSTTR como na ação sindical cotidiana



CAPÍTULO II

REFERENCIAIS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



2.1 Referenciais políticos-pedagógico

Os referenciais políticos estão articulados no PADRSS, com seus fundamentos, eixos ou políticas. Os referenciais pedagógico-metodológicos se apresentam um tanto dispersos e fragmentados em documentos, experiências, falas e testemunhos, sendo necessária sua articulação. O desafio é recolhê-los, complementá-los e sistematizá-los. Estão ligados à pedagogia ou educação e, dentro desta, à metodologia, aos métodos, às técnicas e aos instrumentos de nossa ação formativa.

- **A metodologia** é o rumo geral de nossa ação formativa.
- **O método** é a maneira de se seguir ou aplicar uma metodologia numa situação específica.
- **As técnicas** são os mecanismos que criamos para concretizar um método e perseguir uma metodologia.
- **Material didático** é um instrumento de apoio para registrar, implementar ou consolidar uma ação formativa.

Toda essa questão política, pedagógica e metodológica está centrada na Pedagogia para uma nova sociabilidade, que tem como fundamento a teoria da formação humana e um novo projeto de sociedade.

a) Pedagogia como uma teoria da formação humana

A teoria pedagógica parte do pressuposto que o ser humano deve ser capaz de construir as mudanças de uma determinada sociedade e que as transformações sociais necessárias dependem do protagonismo dos sujeitos políticas.

Os seres humanos nascem inconclusos, inacabados, vamos humanizando ou nos desumanizando no decorrer de nossas vidas, de acordo com as experiências individuais, coletivas e dos grupos sociais com os quais convivemos e nos quais estamos inseridos. Segundo Freire (1978), humanização e desumanização, dentro da história são possibilidades dos homens e mulheres como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. O problema central do ser humano é, pois, sua construção humana, e essa é a finalidade social dos processos educativos formais, não formais e informais.

A educação entendida como formadora de sujeitos e articulada a um projeto de emancipação humana, tem que estar enraizada na cultura, no processo que nos faz homens e mulheres responsáveis e livres, capazes de refletir sobre sua atividade, de ver e corrigir os erros, de cooperar e de relacionar-se eticamente.

Fundamentalmente educação é formação humana. Por isso deve ser trabalhado como emancipação o que implica em reconhecer o outro como sujeito de direitos objetivos e subjetivos (materiais e simbólicos). A idéia de inacabamento do ser humano posta na obra de Freire (Bernard Charlot, 2000) evidencia que o ser humano aprende durante toda a vida. A idéia de incompletude possibilita que ele interaja com o outro e com o meio para poder aprender. Isso dialoga com a idéia de que ele é um sujeito portador de saberes, e que no confronto com outros saberes gera novas aprendizagens.

O projeto pedagógico em questão articula uma concepção de mundo e de sociedade centrada no ser humano, negando a condição de assujeitamento, que o torna prisioneiro das relações de exploração (visto como mercadoria). As pessoas estabelecem relações de aprendizagem umas com as outras, e primam pela evolução de seus processos emancipatórios. Nasce em um mundo que já é estruturado, possuem íntima relação com o meio onde constrói estratégias de sobrevivência e depende de relações sócio-afetivas para poder conhecer e transformar a realidade.

O processo de humanização entende que as pessoas se educam e se humanizam construindo processos identitários, pelo reconhecimento e pelas interações entre suas diferenças. Cada pessoa se constitui, propriamente, como ser humano na medida em que aprende as culturas que constituem e atravessam o contexto social em que vivem.

Por isso, o trabalhador e trabalhadora num processo pedagógico têm que assumir seu papel de sujeito para que possa experimentar sua capacidade de começar a querer ser sujeito de transformação de seu ambiente, de sua sociedade e de si mesmo (Souza, 2001). Assim, o *“diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”* (Freire, 1975:43).

A alienação e fragmentação experimentadas no nível da produção em uma sociedade capitalista tende a se refletir na dimensão da vida pessoal. Porém, a alienação não é algo inerente à condição humana, nós temos a intuição de que podemos ser diferentes pelo próprio fato de que, como seres humanos, nós somos seres reflexivos;

nós refletimos a respeito do mundo e a nosso respeito. Isso significa que nós podemos planejar uma intervenção consciente no mundo e transformar as condições que nos rodeia.

O ponto de partida de todo processo educativo deve ser a prática social dos trabalhadores: seus problemas concretos, necessidades e desafios. De cada situação particular devem ser considerados os aspectos objetivos e subjetivos que a compõe.

Ao adotar uma pedagogia que orienta o processo de formação como de humanização do ser humano, estamos nos propondo formar sujeitos coletivos que reflitam sobre a condição de exploração, opressão e exclusão das quais passa a classe trabalhadora, pois considera que: sem o conhecimento da realidade, qualquer ação referenciada pela ideologia não poderá ter nem direção nem consequência. Isto por si só, justifica a opção pela combinação da formação sindical com formação política ideológica em uma inter-relação de aspectos da vivência (contemporâneos) com elementos da histórica e da sociologia.

b) A nova sociabilidade que queremos construir

O momento exige uma ação formativa ideológica que seja capaz de desconstruir a concepção uniformizadora produzida pela educação neoliberal, que intencionalmente, produz na sociedade sentimento de igualdade, quando esta mesma educação reproduz o preconceito e naturaliza as desigualdades. Ao longo da história foi negado à classe trabalhadora o direito de estudar sobre sua própria história. Conhecer suas raízes sua identidade – individual e coletiva -, ou seja, o direito de ser cidadão/cidadã, de ter sentimento de pertencimento a uma classe social: a um povo que tem memória, tem história e tem o direito de sonhar com a construção de um mundo novo, onde as pessoas sejam gente e não mercadoria. A perspectiva aqui é construir uma lógica pedagógica que contribua para que os sujeitos resgatem sua identidade de classe, questione os preconceitos e as desigualdades, e construa sujeitos críticos capazes de resignificar o “sentido da vida” e de reinventar a emancipação humana.

Assim a **nova sociabilidade** da qual falamos é, - ao mesmo tempo -, um convite ao reencontro com os fundamentos da educação popular considerando as diferentes matrizes discursivas: a Marxista (pensamento Gramsciano); da Teologia da Libertação e a Freiriana, e uma autocrítica à prática sindical tanto no que se refere ao fazer pedagógico como a ação sindical. Conjugando essas duas dimensões é reafirmá-las como imprescindíveis a formação transformadora

e libertadora. É reconhecer as suas múltiplas formas, origens e concepções. É, sobretudo, considerar que a prática formativa dos sujeitos, assim como a ação sindical, é indivisível nos processos formativos, independentemente do lugar aonde ele aconteça.

As matrizes discursivas³ – da tecnicista à libertadora, rememoram aspectos históricos do MSTTR, que historicamente influenciaram o fazer pedagógico de diferentes formas, jeitos, saberes e lugares. Retomamos aqui para reafirmar que a “**nova sociabilidade**” a qual nos referimos questiona os modelos dogmáticos, autoritários, vanguardistas e doutrinários da formação desenvolvida no âmbito de muitas instituições populares e partidárias.

A formação política ideológica aqui sublinhada, “extrapola o campo das instituições e se efetiva em todos os espaços de sociabilidade dos trabalhadores”. À medida que a formação assume essa dimensão “as condições para uma dialética massa-intelectual seriam naturalmente alcançadas” (Gramsci). Também chamamos de “ambientação ideológica”, quando as pessoas se reconhecem enquanto sujeitos coletivos com identidade de classe e capazes de promover mudanças na sociedade.

2.2. Princípios político-pedagógicos e metodológicos da formação sindical

Os princípios políticos e pedagógicos se entrelaçam em uma mesma perspectiva, fundamentando e orientando as práticas formativas, são eles:

- **A compreensão do ser humano em sua totalidade**

Considera as múltiplas dimensões da subjetividade humana, contemplativas das particularidades dos sujeitos envolvidos. Trabalha o acolhimento, a afetividade, a cultura e outros aspectos fortalecedores das identidades individuais e coletivas, e que dialogue com as trajetórias pessoais. Questiona quando a prática escuta pouco ou não escuta as pessoas e “esconde” as diferenças existentes.

- **A permanente abertura aos vários saberes**

Refere-se à ética, à ecologia, à economia, à solidariedade, à sociologia e outras áreas construtoras de saberes como a

³ Libertária e classista do anarco-sindicalismo, idéias revolucionárias; a Marxista de formação de quadros para lideranças “vanguarda – PCB”, a educação sindical corporativista do ministério do trabalho, a educação popular – teologia da libertação e freiriana -, fundamentada na transformação da sociedade e emancipação dos sujeitos; e a educação tecnicista - qualificação profissional e administração sindical.

cultura, as artes, a poesia, assumindo diferentes *linguagens e abordagens* com as especificidades dos diferentes sujeitos políticos. Interagir com o que as pessoas trazem em seu repertório e com outros saberes da realidade, estimulando a reflexão que considere as diversas correntes de pensamento.

- **A reconstrução da mística de mudança social**

Passa por uma retrospectiva crítica das lutas e, pela reinvenção e uso de símbolos, gestos e comportamentos que ajudem a revitalizar o horizonte utópico, combinando o sonho numa sociedade nova - igualitária, solidária e democrática – com o compromisso de contribuir com sua construção desde agora, engajando-se na luta contra o atual projeto capitalista.

- **Permanente articulação entre prática e teoria**

Estabelece relação intrínseca entre prática e teoria e estimula a problematização e a fundamentação da ação. Agrega à vivência, informações historicamente sistematizadas e os novos conhecimentos construídos de modo a contribuir com a revisão de velhas práticas instituídas e garantir que a dimensão teórica seja dialeticamente levada em consideração, contribuindo assim com o aprofundamento dos saberes.

Conjugação conhecimento técnico e acadêmico com o conhecimento empírico de forma dinâmica, na perspectiva de que o conhecimento não é finito e nem efêmero. Estimula interação e questionamento mútuos, e produz um novo saber, necessário para alterar a realidade que estiver sendo investigada ou enfrentada.

- **Interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos**

Prima pela construção do conhecimento de forma integrada, numa relação entre específico e o geral, tendo como referência o mundo do trabalho, as relações sociais, a cultura vivida pela população do campo e outras peculiaridades do mundo rural.

Expressa uma forma de ver e sentir o mundo em sua totalidade, de estarmos inseridos (as) numa busca incessante para descobrirmos seu sentido e suas possibilidades de

mudança, o que leva a compreender o mundo de forma holística, em sua rede de infinitas relações, em sua complexidade e a considerar nesse processo a abordagem articulada das diferentes áreas de conhecimento.

- **Formação pluralista, classista, crítica e criativa**

A formação transformadora recusa a visão única, pois dialoga com uma diversidade de pontos de vista existentes e pauta-se na questão da identidade de classe. O fazer educativo estimula diferentes visões explicitadas, ao tempo em que aguçar a capacidade de questionar dos educandos (as) ampliando as possibilidades de revigorar a luta sindical por vezes amortecida pelo cotidiano que se mostra cada vez mais pragmático e menos questionador da cultura política instalada nos espaços sindicais.

As linhas de formação, bem como os eixos temáticos, as grandes questões sindicais e a prática cotidiana devem revelar permanentemente o que pensam os trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

- **Formação numa perspectiva de ação transformadora**

A experiência dos educandos e educandas, das lideranças e a prática sindical desenvolvida pelo movimento, são objetos de estudo e lugares de “retorno à ação concreta”. O acesso a conhecimentos e ferramentas teóricas e metodológicas contribui com reflexões sobre a prática política, ao mesmo tempo em que a qualifica para realizar ações que avançam a organização e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Este princípio dialoga com a intencionalidade de subsidiar a luta contra hegemônica a partir do fortalecimento da classe trabalhadora e do aprimoramento dos instrumentos de luta, resguardando o olhar crítico sobre suas próprias práticas e estruturas organizativas.

Assim, o projeto histórico de luta, embrião dessa organização pedagógica, é um dos caminhos para a superação do capitalismo, cujos efeitos excluem trabalhadores e trabalhadoras

de seus direitos. Uma educação transformadora esta vinculada ao projeto de sociedade.

- **Postura avaliativa e crítica permanente da ação e da prática formativa**

Avaliação enquanto processo educativo é pressuposto para uma ação concreta de transformação social, que requer avaliar continuamente a prática dos diversos sujeitos, tornado possível re-elaborar a própria prática. Entre os referenciais de avaliação é conveniente incluir: o desempenho dos educandos (as) e educadores (as); as várias dimensões abordadas na formação - político-ideológica e pedagógico-metodológica; os resultados e impactos alcançados tendo como pressuposto os objetivos previamente delineados.

- **A pesquisa como principio educativo**

A pesquisa cumpre, enquanto caminho metodológico, o papel de reunir informações e subsídios mais apurados para o desenvolvimento da formação. Educadores e educadoras devem estimular que educandos (as) estejam mobilizados para a realização da pesquisa, seja ela em seu caráter empírico (elementos do cotidiano) ou teórico (bibliográfica ou documental).

A pesquisa cumpre também um papel de contribuir com o avanço da relação entre a teoria e a prática, possibilitando novos conhecimentos. É mais uma ferramenta educativa para apurar a ação sindical, identificar potenciais e redimensionar a ação educativa.

- **A construção coletiva do conhecimento**

O conhecimento é construído com base no pressuposto de que não existe alguém que sabe tudo (educador/a) que *transfere ou repassa* ao que nada sabe (educando/a). Aprender e ensinar são indissociáveis, ensinamos na medida em que aprendemos, aprendemos na medida em que ensinamos.

Os níveis diferenciados de saberes são potencializados de modo que o saber de cada um é valorizado e levado em consideração na mediação em favor da construção coletiva. A

produção desse novo conhecimento é permeada de informações, vivências, percepções e experiências que as pessoas trazem em seu “repertório” individual.

Nesse sentido, ninguém permanece impassível diante dessa vivência coletiva, todos aprendem juntos, inclusive a desaprender aquilo que não lhes cabe mais no novo contexto de aprendizagem.

- **A vivência de relações horizontais entre educador e educadora, e educandos e educandos**

Esse princípio está referenciado no dizer de Paulo Freire (1996) que questiona a educação bancária, onde o professor está resguardado em uma visão autoritária e no exercício do poder apassivador, podando de seus educandos a capacidade criativa e crítica e desestimulando a curiosidade. Não há uma relação de dependência e nem de hierarquia entre os sujeitos da aprendizagem.

- **Fortalecimento das identidades: respeito às diferenças de raça, etnia, geração, gênero e religião.**

O MSTTR caracteriza-se pela diversidade de sujeitos atuantes em um espaço geográfico heterogêneo e de dimensões continentais. A formação assume o compromisso de dialogar com essas e outras diferenças e fortalecer nas pessoas o sentimento de pertença ao mundo rural, fortalecendo sua identidade de classe, gênero, geração, raça e etnia. Estamos nos referindo aqui à identidade socialmente construída, numa perspectiva de negar a dimensão da identidade historicamente atribuída.

- **A memória enquanto um potencial crítico-transformador na formação**

Ao abordar memória e identidade significa valorizar a história individual e coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, em contraponto a uma versão oficial que repercute a visão hegemônica de mundo e de ser humano. Essa dimensão de memória nos processos educativos permite re-visitar experiências, vivências, épocas passadas, histórias de vida. Permite ainda, um encontro com o fio da história

de resistência e de luta, onde cada homem e cada mulher se colocam como construtores de sua própria história.

Esta dimensão retrata as questões culturais, que faça aflorar aspectos tradicionais disseminados de geração a geração, que reforce as crenças das pessoas. Tudo isto precisa ser resgatado e abordado na visão de sujeitos libertados, o que demanda um novo jeito de se apropriar dessa história, apoiado na criticidade e na rebeldia frente à arbitrariedade da história oficial manipulada pelos segmentos hegemônicos de nossa sociedade. A valorização da memória e da identidade sócio-político-cultural é vista aqui como imprescindível para que se realize a pedagogia para uma nova sociabilidade.





CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA FORMAÇÃO



3.1. Objetivos

- a) Potencializar/dinamizar a ação sindical em uma perspectiva transformador de realidades, dialogando e colaborando com o processo de implementação do PADRSS.
- b) Contribuir para que os dirigentes, assessores e assessoras e lideranças sindicais analisem criticamente a sua realidade social e potencializem a construção de alternativas de enfrentamento e transformação social.
- c) Estimular a inserção dos diversos segmentos que constitui a classe trabalhadora no campo, nas suas dimensões de gênero, geração, etnia, religião, no processo político pedagógico, respeitando suas especificidades e favorecendo a troca de aprendizagem.

3.2. Metas

- a) Formação continuada de militantes, educadores e educadoras sindicais para atuarem como multiplicadores e multiplicadoras de processos formativos nos diferentes âmbitos de atuação do movimento.
- b) Estruturação e fortalecimento dos coletivos e comissões nacional e estaduais para formulação, desenvolvimento e acompanhamento de processos formativos, capazes de potencializar a ação dos sujeitos políticos assim como vislumbra a Política Nacional de Formação – PNF.
- c) Construção e desenvolvimento de metodologias que possibilitem vivenciar os princípios da formação.
- d) Elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem os processos formativos desenvolvidos nos diferentes espaços do MSTTR.
- e) Fortalecimento da luta e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
- f) Organização e animação de redes de educadores e educadoras do MSTTR

3.3. Áreas temáticas prioritárias de atuação

Estas áreas articulam um conjunto de temas e ações que conformam as linhas formativas descritas na Política Nacional de Formação e indicam as áreas de atuação estratégica do MSTTR. Por meio delas o MSTTR qualifica as proposições, desenvolve as ações, dinamiza e diversifica a luta de modo a responder, anseios, desejos e necessidades da categoria trabalhadora rural. Atualmente, as ações formativas são desenvolvidas basicamente por três linhas formativas que articulam temas diversos e objetivos comuns – fortalecer a luta sindical e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que são elas:

- a) **Formação político-sindical** – articula por meio do **eixo temático** - ação sindical e desenvolvimento rural sustentável e solidário e dos **eixos pedagógicos** - memória e identidade e pedagogia para uma nova sociabilidade, às **unidades** – Estado, sociedades e ideologias, história, concepção e práticas sindicais, desenvolvimento sustentável e solidário. Esta linha de desdobra em quatro momentos: cursos nacional, regional, estadual e grupos de estudos sindicais. O ciclo formativo desta linha compreende-se: cursos nacional, regional, estadual, com atividades inter e pós-módulo e Grupos de Estudos Sindicais - GES.
- b) **Formação em áreas temáticas estratégicas** – realiza atividades de capacitação e qualificação em áreas temáticas específicas como educação do campo, desenvolvimento rural sustentável e solidário, organização social e produtiva, gestão e organização sindical, Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, negociações coletivas de trabalho, relações sociais de gênero, o protagonismo juvenil nas políticas públicas. As ações, embora desenvolvidas de forma desarticuladas, produzem dinâmicas e aprofundam aspectos específicos, que colaboram com o aprofundamento da estratégia formativa e do PADRSS.
- c) **Auto-formação e desenvolvimento metodológico** é uma intersecção das áreas anteriores, que objetiva gerar conhecimentos, refletir sobre a multiplicação criativa, fazer aprofundamento metodológico por meio de vivências, preparar processo formativo, sistematizar vivências formativas, organizar e capacitar redes de educadores e educadoras do MSTTR.

3.4. Público

Vinculado ao MSTTR podendo ser: dirigentes, assessores, militantes, lideranças de base. O perfil desejado para as ações formativas vai depender de seus âmbitos, interesses e objetivos. Em alguns casos pode-se estender para parcerias e outros convidados, desde que alinhados aos objetivos da formação e compromissos políticos assumidos pelos educandos, educandas e instâncias do MSTTR.

3.5. Modalidades pedagógico-metodológicas da ação formativa

Formação enquanto processo: Os processos formativos são concebidos como processos que se articulam por meio de diversas modalidades, dimensões, etapas e situações, que são sistematicamente organizadas em planos. Dialogar com diferentes territórios, temas e públicos, visando uma percepção integral e crítica do ser humano. Nestes processos articulam-se a dimensão investigativa, a pedagógica e a política, buscando-se:

- a) Diversificar e combinar modalidades.
- b) Garantir a continuidade da ação formativa.
- c) Combinar planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização.

O processo formativo se dará por meio de duas modalidades formativas: a **formação programada** e a **formação na ação**. Ambas compõem o cotidiano sindical e cumprem papel estratégico na vida sindical. Tanto a formação programada como a formação na ação são espaços de reflexão política sobre os desafios inerentes a luta sindical. Os dois “lugares” são intencionalmente voltados para: planejar ação, politizar o cotidiano sindical, formar sujeitos autônomos, construir novos valores (individuais e coletivos) e contribuir para ressociabilizar os sujeitos e afirmar a identidade de classe e o respeito à diversidade dos sujeitos humanos e sociais.

Nestas modalidades formativas enfatizamos o seu “efeito multiplicador”, no sentido de difusão e apropriação crítica e criativa dos princípios que orientam o processo pedagógico e metodológico da formação.

a) Formação na ação

- **O que é:** processo de reflexão da ação cotidiana, na qual de forma planejada evidencia-se uma dimensão educativa, das várias atividades do cotidiano sindical. Esse cotidiano é constituído por sujeitos concretos, homens e mulheres, com uma inserção social, com uma experiência de vida, de trabalho, de militância, que formam sua visão de mundo, que se expressa nas suas necessidades e na sua forma de agir individual e coletivamente. Fazer formação na ação é mergulhar neste cotidiano e ter como matéria prima do processo formativo a vida, a luta, a experiência, as diversas atividades desenvolvidas pela organização, tais como:
- Atividades de mobilização e luta (campanhas salariais, acampamentos, assembleias, mutirões, Grito da Terra, Marcha das Margaridas, etc..)
- Atividades de articulação (reuniões nas comunidades, visitas aos locais de trabalho, panfletagem nas feiras, portas de banco, etc..)
- Atividades de gestão sindical (plantões na sede do sindicato, reuniões de diretoria, organização das finanças, congressos, etc..)
- Atividades sociais e culturais (festivais, gincanas, mostra de arte e cultura, feiras, torneios esportivos, etc..)

Para isto, precisamos planejar politicamente a gestão desta ação cotidiana, refletir e avaliar a ação realizada, tirar ensinamentos e aprendizagens do que está sendo feito redimensionar e qualificar a ação desenvolvida e sistematizar estas atividades, conferindo a elas cada vez mais uma dimensão formativa.

Finalidades da formação na ação:

- Redimensionar a prática sindical em metodologia de ação participativa, criativa e democrática.
- Ampliar a participação dos trabalhadores e trabalhadoras nas diferentes ações desenvolvidas pelos Sindicatos, Federações e Contag.
- Favorecer o desenvolvimento de políticas, estratégias e metodologias de intervenção, atuação e gestão organizacional.
- Possibilitar uma maior participação das comunidades nas ações e práticas do movimento sindical, possibilitando o envolvimento de novas lideranças no trabalho.

- Desenvolver a capacidade de análise das relações e contextos que se inserem as diferentes ações, sua relação com o projeto de sociedade que o movimento defende realizando avaliações necessárias dos resultados da atuação do coletivo e de cada pessoa nos diferentes processos.

b) Formação programada

- **O que é:** atividades formativas a que acontece via cursos, seminários, oficinas, etc.(presenciais e a distância) com programação estruturada
- **Características:** pressupõe uma relação sistemática entre educandos (as) e educadores (as), podendo ser na modalidade presencial, quando ocorre numa relação direta no espaço do tempo escola, ou na modalidade a distancia a partir de ferramentas específicas de comunicação.
- **Finalidades**
 - Contribuir na formação de formadores (as) em concepção, prática sindical e metodologia de formação como também nas políticas e temáticas específicas de atuação do movimento, em uma perspectiva crítica e com capacidade de elaborar propostas e desenvolver atividades formativas dentro de sua área de atuação.
 - Articular e constituir uma rede de educadores do movimento sindical numa perspectiva de agentes multiplicadores do processo formativo.
 - Favorecer um processo permanente de aprendizagem e de reflexão sobre a ação sindical entre lideranças, dirigentes e assessores (as) do movimento sindical.
 - Construir coletivamente conhecimentos e metodologias que possibilitem não apenas o aprendizado de novos conhecimentos, mas principalmente a capacidade de apreender a complexidade cada vez mais das questões da realidade em que vivemos e os desafios para a organização.

3.6. Espaços Formativos

- **Espaços nacionais**

São espaços de articulação e de execução de ações formativas em nível nacional voltado para público dos estados e regiões.

Dentre esses espaços estão: a ENFOC e seus espaços gestores, Coletivos e o ENAFOR (Encontro Nacional de Formação), a Rede de Educadores (as) do MSTTR, as linhas formativas desenvolvidos pelas secretarias da CONTAG.

- **Espaços regionais**

São espaços de articulação e de execução de ações formativas em nível regional envolvendo público dos estados. Dentre esses espaços estão: as ações da ENFOC na região, espaços de articulação das Secretarias, Rede de Educadores e educadoras do MSTTR considerando os integrantes dos estados da região e ações regionais dos diversos programas nacionais de formação desenvolvidos pela CONTAG e Federações.

- **Espaços estaduais**

São espaços de articulação e de realização de ações formativas, no âmbito do Estado, sejam elas da ENFOC ou de secretarias específicas, envolvendo os pólos regionais, territórios, municípios e comunidades, sob a responsabilidade das federações. O coletivo estadual de formação e a rede estadual de educadores (as) também se constituem em espaços estaduais, como também as atividades formativas desenvolvidas pelos Institutos e Coletivos de Formação das Federações.

- **Espaços territoriais/municipais**

Nesses espaços a formação se aproxima mais da base, envolve as lideranças locais, os delegados sindicais e em alguns momentos a comunidade (base). Constituindo-se de atividades formativas desenvolvidas pelas Federações e Sindicatos. Como também de organização de grupos de estudos nas comunidades, como é o caso dos Grupos do Jovem Saber e dos Grupos de Estudos Sindicais (GES).

3.7. Organização do tempo educativo

- a) **Tempo da escola:** constitui-se em momentos formativos realizados na Escola de Formação, nos Institutos de Formação, nos coletivos de formação, nos grupos de estudos por meio da formação programada na modalidade presencial ou a distância.

- b) **Tempo comunidade:** constitui-se em momentos formativos realizados no cotidiano sindical, na formação na ação, nas atividades de pesquisa, de estudos, de sistematização.

3.8. Instrumentos e procedimentos formativos

Esses instrumentos e procedimentos são entendidos enquanto: **técnicas:** mecanismos que criamos para implementar e concretizar nossa metodologia; e enquanto **materiais didáticos:** instrumentos de apoio para registrar, monitorar, sistematizar, implementar uma ação formativa.

As dinâmicas e os recursos didáticos são considerados como meios para atingir um entendimento crítico do objeto e não como fórmulas para facilitar a transmissão do conhecimento. As técnicas didáticas são: instrumentos do processo de aprendizagem e devem ser usados no melhor caminho para auxiliar o processo de criar e recriar o conhecimento e não como simples ornamentos que objetivam criar uma atmosfera agradável. E, também, fazer um esforço de produzir novas técnicas e recursos.

Dentre estes podemos destacar:

- a) A vivência da mística
- b) Dinâmicas de sensibilização, entrosamento e mobilização do grupo
- c) Instrumentos de registros, avaliação e sistematização de experiências.
- d) Trabalho em grupo
- e) Depoimentos
- f) Uso da literatura, poesia, música e filmes

3.9. Planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização - PMAS.

Desenvolver articuladamente um sistema de PMAS pressupõe concebê-los como instrumentos de orientação e correção de processos, que proporciona a construção do conhecimento e sua sistematização de modo a contribuir para re-elaboração dos processos formativos. Entre os referenciais de análise é conveniente incluir: o desempenho dos sujeitos envolvidos (educandos e educandas, educadores e

educadoras) as várias dimensões abordadas, resultados e impactos alcançados com os processos formativos.

O compromisso com a ação concreta de transformação social requer que se avalie continuamente a prática formativa. Assim devemos construir e desenvolver um sistema de PMAS, que entrelace as múltiplas dimensões de um processo formativo para uma ação transformadora e libertadora. Que olhe para – sujeitos, processos, vivências, experiências e resultados. Compreende-se, portanto, que um sistema de PMAS é, sobretudo, um processo educativo que articula teoria e prática, gera um conhecimento e reorienta a prática formativa e a luta política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

3.10 Trabalho articulado da formação

- Assegurar a integração entre as secretarias e a interdisciplinaridade dos processos formativos.
- Fortalecer as regionais, criando uma rede de multiplicadores e multiplicadoras
- Potencializar os programas que estão surtindo resultados e usá-los como referenciais.
- Fortalecer as secretarias de formação – STTRs e FETAGs e construir interfaces entre as políticas
- Envolver a base (STTRs) na ação formativa como estratégia multiplicadora.
- Desencadear seminários e outras ações regionais, estaduais e municipais, discutindo e reavaliando o processo.
- Favorecer um processo de formação permanente e continuada.
- Garantir politicamente a implementação da política nacional de formação do MSTTR.

3.11 Organização do trabalho em redes

Dinamizar a formação de militantes traz o desafio de aglutinar sujeitos em um quadro de dispersão territorial das ações formativas, envolvendo-os na lida cotidiana da formação, levou a Escola decidir pela construção de redes de educadores e educadoras, e de colaboradores e colaboradoras do MSTTR. Uma das atribuições das redes é

articular ações locais, estaduais, regionais e nacional e desenvolvê-las forma inter-relacionadas e orientadas pelos mesmos princípios e fundamentos. É também assegurar a multidisciplinariedade nas abordagens, assegurando que os educandos e educandas acessem conteúdos de diferentes áreas do conhecimento.

3.12 Construção de uma rede de parcerias e colaboradores

a) Premissas para construção de parcerias e colaborações

- Parcerias pontuais: podem ser chamadas de “**colaborações**”.
- Parcerias duradouras ou mais permanentes: podem ser chamadas de **parcerias** propriamente ditas.
- Parcerias preferenciais: são àqueles que se tem afinção forte, com alto grau de identidade ideológica e política. Estas podem ser chamadas de “**alianças**”.

b) Recomendações

- Não perder de vista a necessária garantia de autonomia.
- Buscar apoio financeiro, operacional e humano do poder público (na instância nacional, estadual e municipal), garantindo a autonomia e identidade do MSTTR.
- Buscar apoio financeiro, operacional e humano de Organizações Não Governamentais – ONGs, e de movimentos sociais envolvidos, garantindo a autonomia e identidade, priorizando a consolidação de políticas estruturais e de ações afirmativas.
- Recuperar as parcerias históricas com as Igrejas e movimentos populares
- Aprofundar o debate sobre o projeto político-pedagógico-metodológico da CUT e suas relações com nossas ações formativas.

3.13 Papel das redes de colaboradores e colaboradoras, e educadores e educadoras

a) **Rede de colaboradores e colaboradoras** é composta por consultores e especialistas com os quais o MSTTR mantém identidade política e pedagógica. A rede tem função de trazer o olhar externo para o fazer educativo, subsidiando as coordenações política e

pedagógica da Escola e contribuindo com as atividades formativas em áreas nas quais são especialistas.

b) Rede de Educadores e Educadoras - que vem se consolidando é uma forma de garantir a horizontalidade dos debates e da organização desses sujeitos coletivos, fazer auto-formação, estimular as interligações necessárias e promover articulações entre as respectivas instâncias sindicais, é animar os processos formativos e fortalecer o desenvolvimento de processo formativos nacionalmente articulados. É um espaço que possibilita partilha de saberes e fazeres referenciada pela experiência de seus integrantes. As práticas formativas partilhadas contribuem para enriquecer e dinamizar a ação sindical. É um passo de auto-formação e de co-responsabilização com a formação continuada e com o fortalecimento da luta e da organização dos trabalhadores e se trabalhadoras.

Participam desta rede, educadores e educadoras, dirigentes e assessores/as comprometidos com processos formativos continuados e afinados com referenciais políticos e pedagógicos comuns. A rede deve dialogar com as várias políticas presentes no MSTTR e articular as diferentes áreas temáticas estratégicas do MSTTR.



CAPÍTULO IV

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL
DA CONTAG – ENFOC



4.1. Organicidade da Escola

A Escola de Formação Sindical da Contag – ENFOC é um espaço estimulador das reflexões sobre a prática do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR e também de aprofundamento dos temas presentes na agenda sindical. É um lugar que favorece a pluralidade de idéias, a construção coletiva do conhecimento, a autocritica, a troca de experiências e a partilha de saberes e fazeres. É um lugar de transformação política, de re-alimentação de sonhos e de utopias, de olhar criticamente para a prática e construir orientações para seu aprimoramento.

Orienta-se pelos princípios e fundamentos da educação humana e pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, que almeja a construção de uma sociedade justa, soberana, democrática e solidária.

A ENFOC é uma Escola orgânica⁴ à CONTAG, e enquanto tal é desafiada a tornar-se uma permanente consciência crítica do MSTTR, contribuindo para que este pense e repense criticamente: os rumos da luta, a organização sindical, as práticas sindicais e seu projeto político, o PADRSS.

Os espaços de formulações e decisões gerais sobre a Escola são os mesmos do Movimento (congressos, plenárias e conselhos). Além disso, se referencia nas reflexões e proposições do Encontro Nacional de Formação – ENAFOR que acontece a cada três anos, que trouxe em sua primeira edição, em 2005 os contornos institucionais e os referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos. Outros momentos de reflexão e elaboração são as atividades periódicas do Coletivo Nacional de Formação do Conselho Político Gestor e das coordenações política, pedagógica e da equipe operativa. Outros espaços privilegiados de avaliação, proposições de temáticas e demandas são os coletivos e comissões específicas da CONTAG⁵.

4.2. Finalidades

- Constituir e desenvolver um sistema de formação político-sindical, que valorize a abordagem ideológica e classista,

⁴ Entende-se como orgânica, uma organização vinculada politicamente à outra, com espaços comuns de deliberação e construção política.

⁵ Composto pelos secretários (as) e coordenadores (as) das áreas específicas das FETAGs

voltada a atender as demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras na disputa por um projeto de sociedade.

- Construir e desenvolver metodologias que respeite a pluralidade de idéias, as especificidades dos sujeitos políticos e, possibilite a educandos e educandas o acesso às diversas visões existentes sobre um tema, dentro do campo de trabalho delimitado.
- Estimular o desenvolvimento de processos formativos continuados nas diversas áreas temáticas, que possibilitem dialogar, interagir e aprofundar reflexões sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.
- Qualificar o debate sobre concepção sindical, identidade, campo e desenvolvimento, política pública e inclusão social, modos de produção e visão de mundo, democracia e participação cidadã, organização sindical e ação político-sindical.

4.3. Público

- **Trabalhadores/as rurais representantes da categoria:** dirigentes da Contag, Federações, Sindicatos e pólos regionais das federações.
- **Assessores/as do Movimento sindical de trabalhadores/as e trabalhadoras rurais:** profissionais que prestam assessoria política às entidades sindicais.
- **Representantes de entidades parceiras:** profissionais que estabelecem diálogos estratégicos com o MSTTR, orientando as lideranças sobre questões estratégicas de âmbito local, voltadas para as políticas públicas de desenvolvimento.

4.4. Estratégia formativa

A formação é um processo educativo que articula o cotidiano dos sujeitos políticos e as lutas gerais da categoria com as dimensões políticas e pedagógicas; que considera as etapas, ritmos e tempos do processo ensino-aprendizagem e interage com diferentes temas e públicos que compõe a categoria trabalhadora rural; que trabalha o

ser humano na sua integralidade e articula às dimensões investigativas, pedagógicas e políticas da ação sindical.

4.4.1. Metas

- Consolidação de uma metodologia de formação continuada voltada para o enfrentamento da luta pela construção de uma sociedade soberana, justa, democrática e solidária.
- Formação de educadores e educadoras do MSTTR para atuarem enquanto sujeitos multiplicadores do processo formativo da Escola, nos diferentes âmbitos de atuação do MSTTR.
- Estruturação e fortalecimento dos coletivos de formação nacional e estaduais, enquanto espaços de reflexão, formulação e acompanhamento da política nacional de formação do MSTTR e da estratégia formativa da ENFOC.
- Organização e animação de redes de educadores e educadoras do MSTTR
- Elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem os processos formativos desenvolvidos nos diferentes espaços do MSTTR.

4.4.2. Itinerário formativo da ENFOC

4.4.2.1 Eixos e unidades temáticas

Eixo temático: Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário		
1ª Unidade	2ª Unidade	3ª Unidade
Estado, sociedades e ideologias;	História, concepções e prática Sindical;	Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário
Eixos Pedagógicos: 1 - Memória e Identidade. 2 - Pedagogia para uma Nova Sociabilidade		

As unidades temáticas são inter-relacionadas e articuladas por meio dos eixos temáticos - **ação sindical e desenvolvimento rural**

sustentável e solidário, memória e identidade, e pedagogia para uma nova sociabilidade, que são vivenciados transversalmente. Os temas que estruturam as unidades são abordados, levando em consideração o contemporâneo, o histórico, o contexto sindical, social, político e econômico.

As atividades formativas que integram os eixos e unidades do programa, são contextualizados de acordo com a abrangência: visão geral para atividades nacionais, recortes regionais, estaduais e locais em seus respectivos âmbitos de realização.

4.4.2.2 Atividades do Tempo Escola

- **Curso de formação político-sindical**

Objetivo: Contribuir com a formação de militantes do MSTTR, aprimorando suas habilidades e capacidades para desenvolver a luta sindical e fortalecer a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Atividades	C/h Tempo Escola	C/h Tempo Comunidade	Total C/h
Curso nacional de Formação político-sindical	192	32	224
Curso regional de Formação político-sindical	168	32	200
Curso estadual de formação político-sindical	120	32	152
Soma carga horária			576

4.4.2.3 Auto-formação e processo preparatório

- **Oficinas pedagógicas e seminário de desenvolvimento metodológico**

Objetivo: aprofundar questões metodológicas (concepção, conceitos e didática), organizar e elaborar o processo formativo, aprofundar temas relevantes do processo

educativo, fazer avaliações e potencializar a sistematização da experiência Escola.

Atividade	Público	C/h
Oficina nacional de auto-formação e organização do curso nacional	Coordenações política e pedagógica da escola	24
Oficinas pedagógicas regionais	Educandos e educandas do curso nacional	24
Oficinas preparatórias do processo de multiplicação criativa	A equipe do estado que concluiu os cursos - nacional Regional.	24
Seminário nacional de desenvolvimento metodológico	Equipes escola, representantes de turmas, secretários e secretárias de formação,	40
Soma carga horária		112

4.4.2.4 Atividades do tempo comunidade

- **Grupo de Estudo Sindical – GES**

Com a compreensão de que a prática educativa deve favorecer espaços diversos, que envolvam um maior número de militantes, alcance a base sindical, cimentando-a para a ação política conseqüente, foi que a Escola idealizou o GES, enquanto parte do seu itinerário formativo. Os GES são espaços formativos articulados aos Sindicatos e animados pelos educadores e educadoras da Escola. Realiza-se nas comunidades e municípios, com participação dos trabalhadores e trabalhadoras de base para refletir sobre ação sindical e as políticas de interesse da categoria. Os GES estabelecem vínculos com o cotidiano sindical e traz a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras para uma reflexão coletiva crítica e emancipatória.

Objetivo: contribuir com uma visão crítica dos trabalhadores e trabalhadoras sobre a realidade em que vivem e favorecer conhecimento sobre o PADRSS, sobre o contexto e trajetória de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, na busca por

políticas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento da comunidade/território.

- **Atividade inter e pós-módulo**

Momentos de imersão no espaço de militância dos educandos e educandas que interage com o cotidiano sindical promovem re-visita às reflexões e estudos do tempo escola. Diferenciam-se do GES no caráter, tempos e finalidade. As atividades inter e pós-módulo compõem a matriz curricular dos cursos e volta-se à pesquisa diagnóstica sobre um determinado tema ou sobre a realidade definida no tempo escola.

Objetivo: experimentar instrumentos investigativos, dialogar com o cotidiano sindical e refletir sobre necessidades, limites, potencialidades e desafios da ação sindical em relação à luta, organização e formação sindical.

Atividade	Público
Atividades de reflexões sobre a luta sindical, sobre o PADRSS e práticas formativas.	Trabalhadores e trabalhadoras de base Diretores e diretoras de Federações
Pesquisa-diagnóstica (campo e documental) Reuniões de socialização de conteúdos dos cursos e estratégia da Escola.	Educandos e educandas da ENFOC

4.5. GESTÃO POLÍTICA E PEDAGÓGICA DA ENFOC

A gestão política e pedagógica da ENFOC, coerente com as deliberações das instâncias do MSTTR, se efetiva nos seguintes espaços:

- 1 **Coordenação política** – Tem um caráter executivo, responsável direto pelo acompanhamento da coordenação pedagógica, convênios, projetos, produção de materiais.

É composta pela Secretaria de Formação e Organização Sindical, Presidência, Secretaria de Finanças e Administração e Secretaria Geral da CONTAG.

- **Conselho Político Gestor** – Trata-se de um colegiado ampliado, responsável pela interlocução e articulação nacional na direção política da Escola. É composto pela Coordenação Política e uma representação de cada região do país, totalizando 9 membros.
- **Coordenação pedagógica** – Essa coordenação compreende a assessoria da secretaria de formação, uma assessoria de cada secretaria da CONTAG, a rede de colaboradores e a coordenação política. A coordenação pedagógica é responsável pela construção e desenvolvimento do itinerário pedagógico, dos materiais didáticos, das programações metodológicas, dos assessoramentos aos cursos, e é co-responsável com a coordenação política pela auto-formação, animação da Rede de Educadores/as e sistematização de todo processo formativo desenvolvido pela Escola.
- **Equipe operativa** – A equipe operativa da ENFOC é formada pela assessoria de formação e Secretaria de Formação da CONTAG. Conta também com a assessoria da rede de colaboradores. É responsável diretamente pela execução das tarefas e atividades demandadas pelas coordenações política e pedagógica.

Além desses espaços, a Escola conta também com uma **Secretaria Administrativa** responsável pelos encaminhamentos da rotina da Escola, contatos internos e externos, prestação de contas, banco de dados, entre outras atividades.

A ENFOC funciona nas dependências da CONTAG, em Brasília em uma estrutura específica devidamente equipada.

A Escola dispõe de assessoria, funcionário/a do administrativo, e conta com uma rede de colaboradores e colaboradoras multidisciplinar que prestam consultorias e atuam como especialistas durante os processos formativos. Estes profissionais são do quadro de assessoria da CONTAG, Universidades e parceiros.

Implementar processo formativo continuado exige do MSTTR, consolidar parceiras com forte afinidade e alto grau de identidade ideológica e política. Neste sentido as Escolas da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Escolas e Institutos das Federações de

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Dieese, Escola Quilombo dos Palmares – EQUIP e a Universidade Camponesa, são organizações estratégicas nesta caminhada.

A garantia de cumprimento dos critérios acima requer o exercício do compartilhamento de responsabilidades entre FETAG's e CONTAG, e vice versa.

Nesse sentido, o compromisso de cada dirigente e de cada assessor/a com o processo formativo proposto pela Escola Nacional de Formação Política e Sindical da CONTAG, será imprescindível para seu sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS. 2003.

_____. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural** Economia Aplicada. N. 2, vol. IV abril/junho, 2000.

AGUIAR, Vilênia V.P. **Sindicalismo rural e cooperação agrícola: buscando as bases para a construção de outro desenvolvimento.** Projeto de doutorado. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: sociedade e meio ambiente Centro de Filosofia e Humanas/UFSC, 1999. Mimeo.

_____. Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural sustentável: **Algumas considerações. Concepções sobre desenvolvimento:** uma abordagem introdutória ao debate atual. Curso de Formação de Educadores, Curitiba: 10 a 16 de março de 2008.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o saber.** Porto alegre. Artes Médicas Sul. 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1967

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

_____. **Política e Educação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez. 2003a.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo. Cortez, 1992.

MANFREDI, Silvia Maria. “Enfrentando o desafio de conceituar o que é metodologia”. In: **Concepções pedagógicas e a educação dos trabalhadores**. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro/ CUTMG, 1991, UnPub. 1998.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz a flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. IN: Molina, Mônica (orgs) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

SOUSA, João Francisco. **E a educação : que?? A educação na sociedade e/ou a sociedade na educação**. Recife: Bagaço, 2004.

_____. **Atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre educação na diversidade cultural**. Recife: Bagaço: Nupep. UFPE, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O “**lugar**” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno, In: resumo dos anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia. Natal, RN, 1997.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. Recife: UFPE, 1999 (mimeo).

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O lugar dos rurais: In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, v.1, pp.90-113, Natal, 1997.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço e ator coletivo. Estudos, Sociedade e Agricultura. n.15, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, out./2000. pp.87-145.

Relatórios do ENAFOR realizado em 2005

Elaboraões anteriores do Projeto político pedagógico – PPP.

Relatórios das reuniões da coordenação pedagógica e dos cursos de formação de demais atividades realizadas pela escola em 2007/08.

